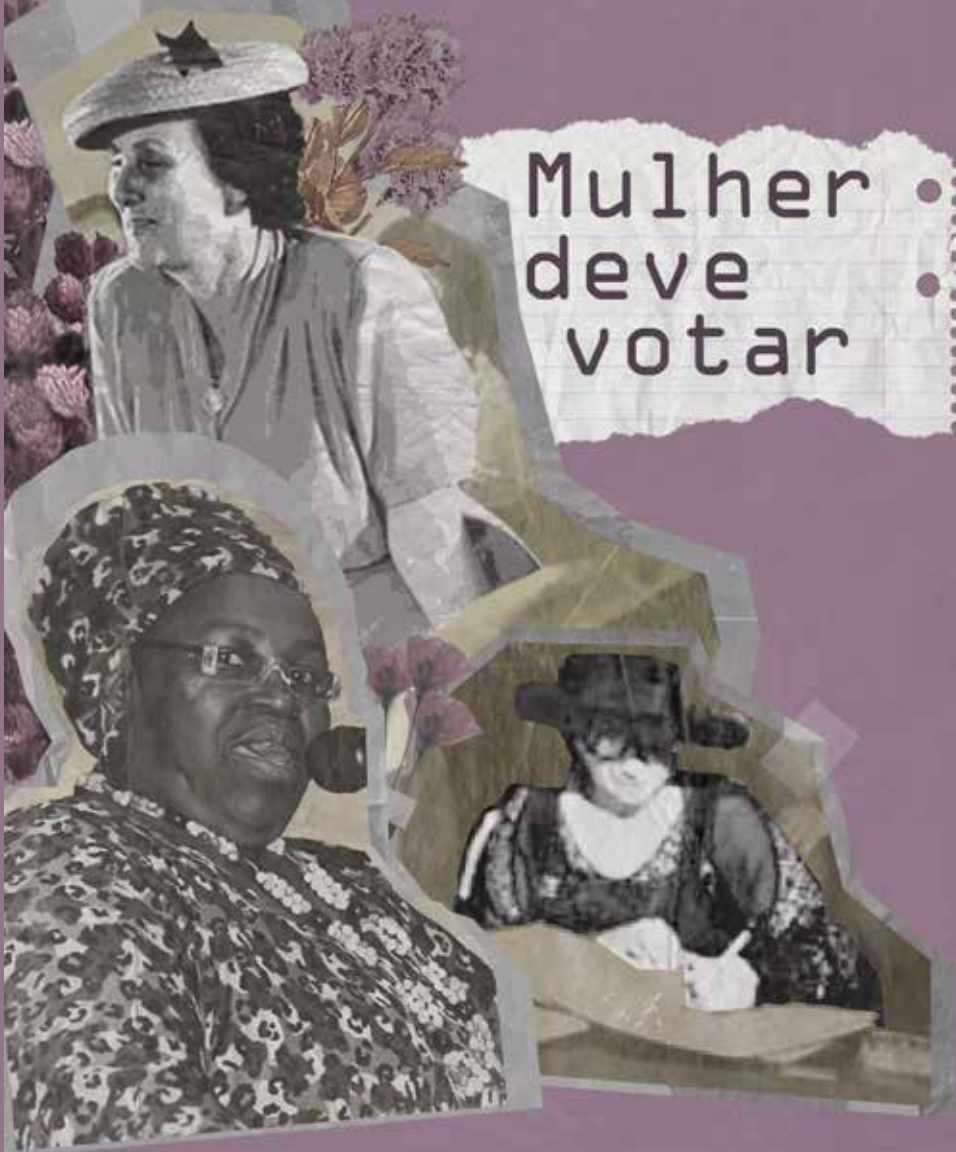


Uma história de lutas que
perduram

Mulher
deve
votar



Composição do Tribunal

Composição do TRE-RS

Presidente

Desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Desembargador Voltaire de Lima Moraes

Membros Efetivos

Desembargador Eleitoral Caetano Cuervo Lo Pumo

Desembargadora Eleitoral Patrícia da Silveira Oliveira

Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira

Desembargador Eleitoral Volnei dos Santos Coelho

Membros Substitutos

Desembargador Luiz Mello Guimarães

Desembargador Ney Wiedemann Neto

Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior

Desembargadora Eleitoral Fernanda Ajnhorn

Procurador Regional Eleitoral

Doutor Claudio Dutra Fontella

Procurador Regional Eleitoral Substituto

Doutor Alexandre Amaral Gavronski

Apresentação

Desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia
Kubiak
Presidente do TRE-RS

O voto feminino, em todos os países, foi resultado de muita luta de grupos de mulheres organizadas, que enfrentaram preconceitos e tradições excludentes. Mas a conquista deste direito, aonde quer que tenha ocorrido, foi sempre uma vitória de todas as sociedades, independentemente do gênero de cidadãs e cidadãos. As nações, ao mesmo tempo em que foram estabelecendo a possibilidade de mulheres votar, mandavam um recado de civilidade e ampliação da cidadania ao resto do mundo.

As batalhas de sufragistas ganharam força entre o final do século 19 e o início do século 20. Os métodos utilizados pelos movimentos que reivindicavam o direito de votar variavam, mas, em geral, contavam sempre com a difusão da palavra, em manifestações públicas e pela imprensa. Em países como a Inglaterra, a luta social das mulheres escalou para atos de desobediência civil e forte repressão estatal.

No Brasil, o voto feminino foi conquistado em 1932. Até a concretização do Código Eleitoral que estabeleceu o direito e que teve como protagonistas homens como Joaquim Francisco de Assis Brasil e Maurício Cardoso, há um conjunto de movimentos e de lideranças femininas ainda pouco conhecidos, que foram decisivos para tal avanço civilizacional.

É objetivo desta publicação apresentar um resumo dessa trajetória e dessas personagens. Em formato de história em quadrinhos, as leitoras e os leitores poderão conhecer um breve panorama histórico de décadas da luta por participação cidadã das mulheres na sociedade, que ainda não acabou. Em pleno 2024, o Brasil ainda apresenta baixíssimos índices de representação política feminina nos espaços de poder.

O Memorial da Justiça Eleitoral Ministro Teori Albino Zavascki, que completou uma década em 2023, tem como prerrogativas a coleta, preservação e divulgação da história da Justiça Eleitoral e das eleições no Brasil.

Essa HQ procura dar sequência ao trabalho de popularização da rica história eleitoral de nosso país, retratando o caminho da busca e da conquista da representatividade feminina nas esferas de decisão, sempre na perspectiva do pluralismo político, fundamento previsto no artigo primeiro da Constituição Federal, e de que as eleições são encontros regulares com os valores democráticos, que se renovam e que tem na cidadania brasileira a sua grande protagonista.



Mulher Deve Votar

Fim da escravidão no Brasil
1888

O século 19 foi marcado por grandes transformações sociais e tecnológicas. As populações de várias partes do mundo lutavam para melhorar sua condição de vida.



Proclamação da República no Brasil



Primeiras ferrovias na Europa

Primavera dos Povos, 1848



Descoberta da luz elétrica

Entre os mais importante movimentos sociais do século 19 estava o da luta pelo sufrágio feminino.



No Brasil, a associação de mulheres na Federação de Mulheres pelo Progresso Feminino, fundada em 1922, foi um dos principais grupos na luta pelo direito ao voto feminino.

E uma das representantes mais destacadas para as brasileiras foi Bertha Lutz: líder e criadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.





Fui a
segunda mulher a
assumir um cargo público
no país, tornando-me bióloga e
pesquisadora no Museu Nacio-
nal do Rio de Janeiro.



Com
isso, tive contato
com diversos líderes polí-
ticos, tanto brasileiros
quanto do exterior, para
falar sobre o sufrágio
feminino.

Carta enviada
no dia 28 de
abril de 1931,
como repre-
sentante da

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, reivin-
dicando a integração do direito ao sufrágio feminino
no Código Eleitoral, para Joaquim Francisco de Assis
Brasil, político e principal responsável pela formula-
ção do Código Eleitoral de 1932.



"Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1931

Excellentíssimo Senhor

Dr. Assis Brasil, D.D. Embaixador do Brasil em Buenos
Aires e Membro da Sub-Comissão de legislação eleitoral

Attenciosas saudações,

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino,
orientadora d o movimento feminino nacional
organizado, cujos estatutos incluem entre as suas
finalidades, a de:

3º - "Assegurar à mulher os direitos políticos que
a nossa Constituição lhe confere e prepara-la
para o exercício inteligente desses direitos", não
pode permanecer estranha aos trabalhos dessa
Sub-Comissão, encarregada de redigir o ante-
projecto de Legislação Eleitoral. Certa de que o
espírito esclarecido de V.Ex. se inclina favoravel-
mente às reivindicações de justiça cívica, da
mulher contemporanea, pedimos venia para
apresentar documentação sobre o estado actual
dos direitos políticos femininos no Brasil e no
Estrangeiro."



E um dos frutos mais prósperos das lutas feministas no Brasil foi a aprovação do Código Eleitoral de 1932, sendo instituído o voto feminino no Brasil. O Código também criou a Justiça Eleitoral.

Art 2º do
Código
Eleitoral
“é eleitor o
cidadão
maior de 21
anos, sem
distinção de
sexo, alista-
do na forma
deste
Código.”



Com isso, várias mulheres puderam fazer parte ativamente da política institucional brasileira. Uma delas conheceremos agora: Carlota Pereira de Queirós, eleita em 1933 como deputada constituinte.



"Além de representante feminina, única

nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas."



Sou médica e a primeira deputada federal eleita no Brasil e integro a Assembleia Nacional Constituinte com o intuito de participar da Comissão de Saúde, na defesa da alfabetização das crianças e da assistência social.



A partir dessa importante conquista, mulheres de todo o Brasil passaram a fazer parte da política brasileira com maior afinco, o que possibilitou a consolidação de suas figuras dentro dos espaços políticos. Um exemplo disso foi a minha presença na Conferência de São Francisco, como uma das delegadas representantes do Brasil para a elaboração da Carta da ONU.

Estou aqui, na presença de representantes dos mais importantes países do mundo, pois defendo a inclusão de políticas que promovam maior

igualdade entre homens e mulheres na sociedade e na política. Entendo que tais ações serão benéficas à sociedade como um todo, à medida em que possibilitarão a ampliação da cidadania e do progresso da humanidade.



Assinatura da delegada plenipotenciária Bertha Lutz
à Carta da ONU:





ALGUMAS DAS MULHERES
MAIS IMPORTANTES PARA AS
CONQUISTAS FEMININAS NO SÉCULO XX

N O B R A S I L

ESSAS MULHERES TORNARAM POSSÍVEL QUE OS ESP.
SOCIAIS FOSSEM CADA VEZ MAIS OCUPADOS POR OU

Laudelina Melo

Pagu



Nísia Floresta



Mietta Santiago



Carl

PAÇOS POLÍTICOS E
OUTRAS MULHERES

Rose Marie Muraro

Bertha Lutz



Clota de Queirós



Celina Guimarães



No Rio Grande do Sul, a presença feminina na política tem se ampliado nas últimas décadas. Destacamos três importantes mulheres para a política do Estado:

Yeda Crusius foi a primeira governadora do Rio Grande do Sul, eleita em 2006. Formada em Economia pela USP, foi professora no Departamento de Economia da UFRGS.



Emília Fernandes foi a primeira mulher gaúcha eleita senadora. Era professora da educação básica e sindicalista. Atuou no Senado Federal entre 1995 e 2003.



Teresa Franco foi a primeira mulher negra a ser eleita para a Câmara Municipal de Porto Alegre, sendo um importante marco histórico para a luta feminista e para o movimento negro.



Este é um dia para nós mulheres reafirmarmos nossas conquistas. Penso que muitos exemplos de luta de uma mulher estão refletidos em mim. Abandonada pela própria mãe, senti na pele o preconceito, a discriminação e o sofrimento a que são submetidas mulheres que, além de sustentar suas famílias, precisam afirmar seus espaços.

Penso que a minha luta pode servir de exemplo para muitas mulheres que não acreditam em dias melhores. A igualdade, o trabalho e a dignidade são obrigações do Estado e da sociedade, mas somente se tornarão realidade com a nossa luta. Muito obrigada.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Conhecimento Científico, 2023 -----	6
Imagem 2 - WikiCommons, 2020 -----	6
Imagem 3 - Mundo Educação, sem data -----	6
Imagem 4 - Núcleo de Pesquisa Museu Afro Brasil, 2014 -	6
Imagem 5 - Faculdade Florence, 2015 -----	6
Imagem 6 - Beco das Palavras, 2022 -----	7
Imagem 7 - Arquivo Nacional, 2021 -----	7
Imagem 8 - Senado Federal, 2023 -----	8
Imagem 9 - Acervo O Globo, 1933 -----	11
Imagem 10 - Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1934-----	12
Imagem 11 - Arquivo ONU, 1945 -----	13
Imagem 12 - Arquivo ONU, 1945 -----	14
Imagem 13 - Acervo FBB, 1889 -----	16
Imagem 14 - Wikipedia, 2020 -----	16
Imagem 15 - Câmara dos Deputados, 2018 -----	16
Imagem 16 - Domínio Público, 1928 -----	16
Imagem 17 - Domínio Público, 1920 -----	17
Imagem 18 - Acervo O Globo, 1971 -----	17
Imagem 19 - TRE-MG, sem data -----	17
Imagem 20 - Ciência Web, sem data -----	17
Imagem 21 - Palácio Piratini, 2021 -----	18
Imagem 22 - Agência Senado, 2002 -----	19
Imagem 23 - Memorial Câmara Municipal de Porto Alegre, 2016 -----	20

Memorial da Justiça Eleitoral Ministro Teori Albino
Zavascki

Curador

Dr. Gerson Fischmann

"Uma história de lutas que perduram: Mulher deve votar"

Coordenação: Ermes Marcolin

Supervisão: Rodrigo de Aguiar Gomes

Arte e projeto gráfico: Giovana Freitas Moreira

Pesquisa e roteiro: Gabriela Luchese Custódio

Este trabalho é livremente inspirado no livro de Amma e
Angélica Kalil, ilustrado por Faw Carvalho: "Bertha Lutz
e a Carta da ONU"

